

**02 e 03
Agosto
2017**



CLIP PING

TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras
luguéis

Justiça condena Eco101 a indenizar motorista

A Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) confirmou a sentença de primeiro grau que condenou a concessionária da BR-101, a Eco101, a pagar indenização ao proprietário de um caminhão, que teve o seu veículo atingido pelo guincho da mesma, enquanto estava sendo removido depois de apresentar pane na rodovia.

Após a colisão, segundo o autor da ação, o veículo ainda teria sido deixado às margens da rodovia.

Para o juiz da 6ª Vara Cível da Serra, Airton Soares de Oliveira, está comprovada, nos autos, a responsabilidade da concessionária nos prejuízos sofridos pelo dono do caminhão.

“Da leitura da peça de defesa, observo que a demandada não nega o reboque do caminhão do autor, a colisão entre o referido veículo e o guincho que fazia o reboque, bem como que, após a batida, o veículo foi deixado às margens da rodovia, razão pela qual, tais fatos, que causaram os danos alegados pelo demandante, devem ser considerados incontroversos”, disse.

INDENIZAÇÃO

A concessionária foi condenada a pagar indenização mensal de R\$ 4.571,42, referente aos lucros cessantes desde maio de 2014 até maio de 2015, período do ocorrido, até a efetiva apreensão do veículo.

Como o veículo era utilizado para o trabalho do dono do caminhão, o Tribunal de Justiça manteve a indenização por danos morais estabelecida pelo juiz de primeiro grau, ou seja, de R\$ 10 mil.

THIAGO COUTINHO - 16/09/2015



TRIBUNAL de Justiça: decisão



a-

Minha casa...

O Fórum de Vitória continuará na Cidade Alta. Vai ocupar o Edifício das Fundações, que será cedido pelo governo do Estado sem ônus ao Judiciário.

VIOLÊNCIA CONTRA MENORES

Delegado investiga 400 pedófilos na Grande Vitória

Acusados são de profissões variadas, como empresários, professores, religiosos e aposentados. Polícia já prendeu 38 este ano

Eliane Proscholdt Francine Spinassé Tais de Hollanda

Vistos como pessoas acima de qualquer suspeita, que vão ganhando a confiança de crianças e adolescentes lentamente, até praticar o crime de abuso. É usando essa estratégia que os pedófilos vêm agindo. Mas a ação de cada um deles está na mira da polícia, que investiga 400 criminosos na Grande Vitória. À frente das investigações, o titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, traçou o perfil dos acusados, que tem entre 25 a 45 anos. Já a maioria das vítimas são meninas e têm entre 10 e 16 anos. Pazolini disse que entre os investigados há acusados de todas as classes sociais. Nessa lista também

há acusados de profissões variadas, como empresários, professores, religiosos, aposentados e outros. Neste ano, 38 foram presos. "Em sua grande maioria são parentes ou pessoas de proximidade da vítima, como padrastos, amigos, companheiros das avós, religiosos, pessoas acima de qualquer suspeita." O ingresso na residência ou local do abuso não se dá de forma clandestina. "Ele não pula o muro, não quebra o cadeado, não pratica um ato de violência anterior para ter acesso à vítima." O delegado disse que

muitas vezes a vítima, em razão da idade, nem percebe que estão sendo abusada. "Geralmente o pedófilo é muito sutil em toques, na aproximação e quando vítima é muito nova ele tenta estabelecer um pacto de segredo."

Usando da inocência da criança, ele diz, segundo o delegado: "Isso é segredo nosso. Ni-

guém pode saber, nem o papai, nem a mãe, pois senão eles irão brigar muito com você. Quando ele nota que a vítima pode passar a informação para frente, ele parte para a ameaça, até mesmo de morte." Pazolini disse que, ao revelar o drama que passaram, muitas crianças choram. "Algumas perguntam se não irão encontrar com abusador novamente, se ele não irá atrás dela, se não irá a sua casa." O delegado pede denúncias, que podem ser anônimas. Informações podem ser obtidas no telefone 3132-1917 (DPCA). Há dados, inclusive, que ainda não entraram nessa estatística, que estão sendo apuradas, a exemplo de um vídeo que foi compartilhado nas redes sociais de um homem sem calça, se masturbando dentro de um carro em um parque da Grande Vitória. Ele será intimado.



DELEGADO LORENZO PAZOLINI, titular da DPCA, pede denúncias, que podem ser anônimas. Informações podem ser compartilhadas no telefone 3132-1917

Raio x dos crimes

Mais de mil inquéritos

INVESTIGAÇÕES

400 PEDÓFILOS são investigados na Grande Vitória

1.050 INQUÉRITOS foram concluídos no ano passado na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA).

PRISÕES

60 foram presos no ano passado

38 foram presos neste ano (até ontem)

Desses, **80%** dizem respeito a violações sexuais, entre os quais estupro de vulnerável e pedofilia.

PERFIL

ACUSADOS

- > **SEXO:** masculino
- > **IDADE:** 25 a 45 anos
- > **EM SUA GRANDE MAIORIA** são parentes ou pessoas de proximidade da vítima e, geralmente, mostram-se pessoas acima de qualquer suspeita. Eles ganham a confiança das vítimas para, então, cometer o crime de abuso.



VÍTIMAS

- > **DOS CASOS** que chegam a DPCA, cerca de 80% são de meninas entre 10 e 16 anos.



SINAIS DE ABUSO

- > **ALTERAÇÃO** na alimentação, que pode ser perda do apetite ou se alimentar compulsivamente;
- > **QUEDA DA QUALIDADE** do sono e apresentar pesadelos constantes. Durante o pesadelo, a vítima pode falar o nome do abusador;
- > **QUEDA NO DESEMPENHO** escolar: notas baixas, reprovações e desinteresse pelas atividades escolares;
- > **AGRESSIVIDADE**;
- > **TENDÊNCIA** ao isolamento;
- > **AVERSÃO** ao abusador.

Fonte: DPCA.

Carta de amor para vítima de estupro

Um acusado de, 57 anos, foi preso ontem acusado de ter abusado de uma menina que há época tinha 8 anos. Os abusos teriam perdurado por dois anos e a polícia encontrou carta de amor que enviou à vítima.

A garota é irmã de uma ex-companheira dele. Ele já respondia em liberdade pelo crime de estupro de vulnerável. Porém, deixou de comparecer perante à Justiça e foi dado como foragido. O nome do acusado não será divulgado para preservar a identidade da vítima.

O delegado Lorenzo Pazolini contou que os abusos começaram em 2007, mas o caso só chegou à delegacia em 2009. Em 2013, o inquérito policial foi concluído e o caso foi parar na Justiça.

"Outra irmã da criança descobriu pela vítima os abusos e veio

denunciar na delegacia. Ela passou por exame de conjunção carnal, além de acompanhamento psicológico que comprovaram o fato".

Outra prova contundente foi uma carta de amor dele que a vítima guardava. A carta é de 2007.

Os abusos aconteceram geralmente aos finais de semana quan-

do a menina ia para a casa da irmã. "Ela contou que os abusos eram na sala. Para atraí-la, ele a presenteou com uma Barbie, uma calça jeans e calçados. A família era humilde".

Depois de denunciado, ele passou a ameaçá-la de morte e a mãe dela, uma doméstica, de 56 anos.

O delegado contou que o acusa-

do é um cobrador aposentado. "Inicialmente ele forjou não lembrar do assunto. Ao ser preso, por ter se passado um tempo em relação ao processo, ele disse: 'Mas isso agora? Eu já sabia?'".



ACUSADO respondia em liberdade

ENTREVISTA COM O PRESO

"Era para ela (menina) aprender a ler"

> **A TRIBUNA** - O SENHOR FOI PRESO POR ABUSAR DE UMA MENINA DE 8 ANOS. CONFIRMA OS ABUSOS?

> **ACUSADO DE ESTUPRO** - Não! Na verdade eu estava com a irmã dela até descobrir que ela mexia com coisa errada e resolvi me separar. Dai ela teria me jurado de que ela iria

me destruir. Depois inventaram isso (o crime).

> **MAS CONFOSSOU À POLÍCIA TER ESCRITO UMA CARTA PARA A MENINA.**

> Escrevi por que ela não sabia ler. Era para ela aprender a ler. Pelo amor de Deus, eu sou pai! Tenho filha! Não faria isso.



CARTA escrita para a vítima

VIOLÊNCIA CONTRA MENORES

Cadastro estadual para condenados

Diante do grande número de pedófilos investigados no Estado, além da gravidade dos crimes cometidos, um projeto de lei protocolado ontem na Assembleia Legislativa prevê a criação de um Cadastro Estadual de Pedófilos. Os nomes e fotos de condenados poderão ser consultados por qualquer pessoa.

Segundo o projeto, de autoria do deputado Marcelo Santos, a base de dados deverá conter pessoas que tenham decisões transitadas em julgado, ou seja, sem chance de

recurso, por crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, além de outros crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente que tenham conotação sexual.

O projeto ainda prevê que esse cadastro contenha o nome completo da pessoa, foto e suas características físicas. O texto não dá detalhes de quanto tempo o nome do criminoso ficaria disponibilizado, nem quem seria o responsável por atualizar o banco de dados.

De acordo com o deputado, o prazo em que o nome da pessoa ficará no sistema ainda dependerá de regulamentação, caso seja aprovado.

“Entendo que quem deve gerir esse cadastro deveria ser a Sesp (Secretaria de Estado da Segurança Pública). Esse banco de dados ainda poderia ser interligado, com o Ministério Público e com o Judiciário. Mesmo assim, esses detalhes serão definidos na regulamentação, caso seja aprovado”, salientou.

Ele destacou que sempre teve uma ligação estreita com a Delega-



SUSPEITO de abusar de criança: proposta deverá conter pessoas que tenham decisões transitadas em julgado



MARCELO SANTOS: projeto

cia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), tendo inclusive entrado em contato com o titular, delegado Lorenzo Pazolini, para falar sobre o cadastro.

“A pedofilia é um mal do século. E o cadastro é uma ferramenta importante para a população, pois o pedófilo não tem cara. Ele é dócil e

conquista os parentes da vítima, antes de chegar à criança ou ao adolescente. É uma ação totalmente planejada”.

Em sua justificativa do projeto ele ainda afirma que é de suma importância garantir a população informações a respeito da gravidade do problema.

A Secretaria de Estado da Segurança Pública foi procurada, mas a informação da assessoria de imprensa é que não comenta projeto de lei que ainda não foi aprovado.

O Tribunal de Justiça do Estado também foi procurado, mas não retornou até o fechamento desta edição.

Mato Grosso do Sul aprova registro de pedófilos

· Semelhante ao projeto apresentado na Assembleia Legislativa no Estado ontem, uma lei que cria um banco de dados de condenados por pedofilia, foi sancionada na última terça-feira pelo governo de Mato Grosso do Sul. Ela entrará em vigor nos próximos 30 dias.

A partir de então, qualquer cidadão terá acesso ao nome e à foto dos condenados à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Propostas de cadastros estaduais tramitam também nas Assembleias Legislativas de São Paulo, Santa Catarina e Paraíba. Um projeto de lei que prevê criar o Cadastro Nacional de Pedófilos está parado há mais de dois anos na

Câmara dos Deputados.

O projeto do Mato Grosso do Sul, de autoria do deputado Coronel David, foi aprovado por unanimidade no Legislativo.

A matéria ainda precisa de regulamentação. “Esse cadastro vai criar um aspecto diferente no enfrentamento da pedofilia. A ideia é que em até 30 dias seja aberto o cadastro, que precisa de interligação o Judiciário”.

Ele reforçou que a lei não é inconstitucional. “A Constituição Federal garante que o direito coletivo se sobrepõe ao direito individual. Esses criminosos não precisam ser protegidos mais que a população”.

Ação divide opinião de especialistas

A instituição de um cadastro com o nome e fotos de condenados por crimes de pedofilia divide a opinião de especialistas.

O titular da Delegacia de Prote-

ção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, que na última terça-feira conversou com o deputado Marcelo Santos, classificou o projeto como uma excelente iniciativa.

“Ele visa, sobretudo, reforçar as garantias das crianças e adolescentes e até facilitar uma investigação a partir do momento que se tem um banco de dados específicos”.

Pazolini defende que esse cadastro possa ser acessado pelos cidadãos e polícia, enquanto o acusado estiver cumprindo a pena.

O professor da Universidade Federal do Espírito Santo Sérgio Ricardo de Souza frisou que essa é uma matéria polêmica e que deverá ser gerada uma discussão sobre a constitucionalidade dela.

Já o promotor de Justiça da Infância e da Juventude de Vila Velha, Clóvis Figueira, classificou a medida como saudável, mas ainda acredita que será questionada sua constitucionalidade.

“O condenado tem direito à reabilitação, que é o direito de todos os registros criminais serem apagados após um tempo de cumprida a sentença. Além disso, o Estado não tem competência para legislar em cima de Direito Penal”.

O advogado criminalista e professor de Direito Penal Rivelino Amaral disse ser contrário à ação, que classificou como discriminatória. “Já há leis e punições para quem comete crimes. Quem cumpre a pena tem direito a restabelecer suas condições junto à sociedade.”



CLÓVIS FIGUEIRA: questionamento

OUTROS CASOS



Treinador

O treinador de uma escolinha de futebol foi preso em julho, acusado de estupro de dois de seus alunos, de 11 e 12 anos, em Cariacica.

De acordo com a polícia, Isael de Almeida Campos, de 51 anos, estava foragido da Justiça desde 2015. Os crimes aconteceram em 2004, na casa do treinador.



Advogado preso

Um advogado de 49 anos foi preso em julho quando chegava ao seu escritório, no centro de Vitória, acusado de estupro de uma menina de 11 anos.

O crime teria acontecido no dia 7 de janeiro. A vítima contou que o advogado a abordou e a pegou pelo braço e a levou à força para dentro de sua casa.



Estupro da filha

Um electricista, de 61 anos, foi preso em julho enquanto trabalhava num condomínio em Vila Velha. Ele foi condenado pela Justiça a 10 anos e 6 meses de prisão por ter estuprado a filha em setembro de 2009, quando a vítima tinha 9 anos.

Os abusos teriam acontecido três vezes em uma semana.



Condenado

Acusado de estuprar a enteada, de 6 anos, o padrasto dela, de 28 anos, foi preso pela Polícia Civil em 2015, em Viana, e condenado no ano passado a 15 anos de prisão. Ele continua preso.

O acusado, na época, aproveitou um momento em que ficou sozinho com a menina para praticar o crime.



Foragido

Acusado de pagar para fazer sexo com adolescentes, o empresário Olear Ribeiro Matos, 35 anos, está foragido desde novembro de 2016. Duas mulheres, de 19, e um rapaz, 23, foram presos acusados de aliciar adolescentes para praticar sexo com adultos em troca de vantagens. Ele seria o principal cliente.

ESCREVEU ATÉ CARTA

Preso 10 anos após abusar de criança

Cobrador aposentado violentou, entre 2007 e 2009, irmã de 10 anos da namorada

▲ VICTOR MUNIZ
vmelo@redgazeta.com.br

Uma carta de amor, com declarações, palavras bonitas e promessas. A atitude poderia ser considerada romântica, se não tivesse sido redigida por um abusador a sua vítima. Essa foi uma das provas utilizadas pela polícia no inquérito de estupro de vulnerável contra um cobrador aposentado, de 57 anos. Ele é acusado de ter abusado de uma menina de 10 anos, entre 2007 e 2009, quando mantinha um relacionamento com a irmã da vítima, em Cariacica. Agora, dez anos após cometer o crime pela primeira vez, ele está atrás das grades.

O acusado foi preso on-

tem, em Santa Marta, Vitória, durante operação da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). O nome dele não será divulgado para preservar a identidade da vítima.

O delegado Lorenzo Pazolini, titular da unidade, contou como os abusos aconteciam. O cobrador comprou a confiança da criança com presentes.

PRESENTES

“O primeiro presente que ele deu para ganhar a confiança da menina foi uma boneca Barbie, e depois, calçados e roupas”

LORENZO PAZOLINI
DELEGADO

“A vítima passava finais de semana e feriados na casa da irmã. Quando ele ficava sozinho com a criança, os abusos aconteciam. O primeiro presente que ele deu para ganhar a confiança dela foi uma boneca Barbie e depois calçados e roupas”, contou.

Segundo a menina, durante os dois anos em que a irmã da vítima e o cobrador aposentado se relacionaram, os estupros aconteciam com frequência.

Quando o relacionamento terminou, a criança contou o que aconteceu a uma outra irmã, que a levou até a DPCA. A vítima relatou os abusos, comprovados pelos laudos de exames do DML.

Desde então, o acusado respondia ao processo em liberdade. Mas a aparição da carta, ao final do inquérito, em 2013, evidenciou o crime. “Ele sempre com-



Aposentado foi detido por estupro de vulnerável

parecia em juízo, por isso não havia sido preso. Desde que a carta apareceu, percebeu que seria mesmo condenado, começou a não aparecer mais nas audiências. Então, a Justiça expediu o mandado de prisão preventiva”, diz o

delegado.

Agora, vai responder pelo crime de estupro de vulnerável e foi encaminhado ao Centro de Triagem de Viana (CTV), onde aguardará o julgamento. (Com informações do G1/ES)

TV GAZETA

DEFESA

“ESCREVI A CARTA PARA ENSINAR ELA A LER”

Cobrador aposentado
57 anos

▲ Mesmo com os laudos do DML comprovando o estupro e a carta encontrada pela polícia, o cobrador aposentado negou ter abusado da menina.

O que tem a dizer sobre a acusação?

Eu tive um caso com uma mulher em 2009, descobri que ela mexia com coisas erradas. Resolvi me separar dela, aí ela jurou que iria prejudicar minha vida, me ferrar. O que está acontecendo é isso.

Você escreveu uma carta para ela e os laudos comprovam o estupro.

Eu não. Escrevi uma carta de amor? Não.

Então não foi você quem escreveu?

Não é uma carta de amor. A menina ia na casa da irmã e não sabia ler. Escrevi a carta para ensinar ela a ler.

QUATRO ABUSOS**Pai acusado
de estuprar a
filha em Viana**

Um vigilante de 51 anos foi preso acusado de estuprar a filha de 11, em Viana. O crime aconteceu em 2014. A denúncia chegou à polícia no dia 26 de maio de 2014, após o quarto estupro que a vítima sofreu, por meio da madrasta. Ela desconfiou e, escondida, flagrou o abuso.

Em 2015, a Justiça expediu um mandado de prisão contra o vigilante, que passou a mudar de residência para fugir. Na semana passada, ele foi localizado no bairro São Gabriel, em Guarapari, e preso. Ontem prestou depoimento e foi novamente encaminhado ao presídio.

Homem é preso suspeito de abusar da cunhada de 10 anos, no ES

Em uma carta enviada à vítima, ele disse que a adorava e que não iria esquecê-la. Crimes aconteceram entre 2007 e 2009, segundo a polícia.

Um homem de 57 anos foi preso em casa, nesta quarta-feira (2), por abusar da cunhada, que na época tinha apenas 10 anos. Os crimes aconteceram entre 2007 e 2009.

Segundo a polícia, a vítima era irmã de uma mulher com quem Valdely das Neves Correa teve um relacionamento. Os abusos aconteceram entre 2007 e 2009, quando uma outra irmã da vítima denunciou o caso na delegacia.

“Ele se relacionava com uma irmã da vítima e teve acesso à essa criança, oferecia presentes. Essa criança foi atraída até a residência do acusado. Com o decorrer de diálogos, ele foi abusando dessa criança seguidamente, e praticando estupro de vulnerável”, explicou o delegado Lorenzo Pazolini.

A polícia instaurou um inquérito, que só foi concluído em 2013. Valdely teria que se apresentar à Justiça, mas ele ameaçou a criança e fugiu.

“A partir do momento em que a família procurou a delegacia, ele ameaçou a criança e alguns familiares dizendo que poderia tirar a vida da criança e da mãe da criança, porque não aceitaria ser preso como estuprador” disse. Pazolini.

A Justiça decretou a prisão preventiva dele, que foi preso nesta quarta-feira (2), em casa, no bairro Santa Marta, em Vitória.

A polícia teve acesso a uma carta, escrita em 2007, por Valdely, para a criança. Na carta, ele dizia que adorava a menina e que nunca iria esquecê-la. A justificativa dele foi de querer ajudar a garota a aprender a ler.

Homem de 57 anos é preso por abusar de uma criança durante dois anos no ES

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-1edicao/videos/t/edicoes/v/homem-de-57-anos-e-preso-por-abusar-de-uma-crianca-durante-dois-anos-no-es/6050342/>



DAYANA SOUZA/AT

NEIDIA E CALDEIRA ficam lado a lado: vice-presidente foi um dos que saíram da sessão após a fala da vereadora
CÂMARA DA SERRA

Protesto contra Neidia com saída de plenário

Seis vereadores saem da sessão durante a fala da parlamentar, que voltou ao comando da Casa após decisão que lhe devolveu o cargo

Tiago Alencar

A primeira sessão da Câmara da Serra sob o comando da vereadora Neidia Pimentel (PSD), depois de uma decisão que anulou a liminar que a havia retirado da presidência da Casa, foi marcada ontem pela apreensão.

Já no início dos trabalhos da Casa, um grupo de seis vereadores, depois de registrar presença, se retirou do plenário da Câmara em forma de protesto.

Liderados pelo vereador Nacib Haddad (PDT), os parlamentares Aécio Leite (PT), Alexandre Xambinho (Rede), Fábio Duarte (PDT), Pastor Ailton (PSC) e Rodrigo Caldeira (Rede), que estava na Mesa que presidiu a sessão, deixaram o plenário assim que Neidia começou a se manifestar, o que gerou um clima de tensão no local.

Mesmo incomodada com a movimentação, a vereadora, que chegou a pedir para que a porta do plenário fosse fechada, continuou com sua fala de abertura da sessão.

Evitando confrontos diretos, Neidia fez um discurso voltado para a conciliação. "Quero que nos organizemos para um Legislativo em função do povo, e não em causa própria", disse.

Passados alguns minutos de intensa movimentação nos corredores da Câmara, os vereadores en-

traram em um acordo e resolveram voltar para a sessão, sendo vaiados pelo público que assistia aos trabalhos da Casa.

O vereador Rodrigo Caldeira, vice-presidente do Legislativo serrano, voltou a ocupar seu lugar na Mesa Diretora, mas não trocou cumprimentos com Neidia.

Nacib admitiu que a saída dos parlamentares da sessão teria sido em função da insatisfação com a decisão que devolveu o cargo a Neidia, uma vez que, segundo ele, a juíza Telmelita Guimarães Alves teria desconsiderado a sentença do juiz Marco Aurélio Soares Pereira, que na última quinta-feira anulou a eleição de 1º de janeiro deste ano.

O grupo que se opõe ao retorno de Neidia, segundo Caldeira, pretende entrar com recurso no Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES).

SERRA

Câmara volta com pipoca para a plateia e climão na Mesa Diretora

Após troca-troca na presidência, Neidia Pimentel e Rodrigo Caldeira nem se olharam

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redegazeta.com.br

A primeira sessão após o fim do recesso na Câmara da Serra, ontem, foi marcada também pelo reencontro dos vereadores que protagonizaram o troca-troca no comando da Casa. Neidia Pimentel (PSD), que retomou a presidência por força da mais recente decisão judicial, sentou-se lado a lado com Rodrigo Caldeira (Rede), que ficou a frente do Legislativo por quatro dias. Apesar de a eleição que o alçou à presidência, na última sexta-feira, ter sido tornada sem efeito, Caldeira ainda faz parte da Mesa Diretora como 1º vice-presidente. Foi para esse posto que ele foi eleito em janeiro, junto com Neidia.

A presidente e Caldeira não se falaram e mal se olharam durante a sessão. Logo no início, o vereador chegou a se ausentar do plenário, acompanhado por outros vereadores.

Nacib Haddad (PDT), um dos que ingressaram



Lado a lado na Mesa, Neidia e Rodrigo Caldeira evitaram qualquer contato visual

com a ação que resultou na anulação da eleição de Neidia à presidência – liminar (decisão provisória) que depois foi suspensa – disse que a saída da sessão era uma forma de protesto. “Isso mostra a insatisfação dos vereadores com a decisão da Justiça (de derrubar a liminar)”. A sessão prosseguiu.

Mínutos depois, todos

os vereadores já estavam de volta, inclusive Caldeira, impassível ao lado da presidente na Mesa. “Só fui atender no corredor enquanto era feita a leitura da Ordem do Dia e voltei”, justificou o redista.

Depois, até Haddad minimizou a debandada: “Só saímos para conversar”. Aécio Leite (PT), que também acionou o Judiciário

contra a eleição de Neidia, diz que o grupo ainda estuda um possível recurso contra a decisão que conduziu a presidente.

Apesar de o clima não parecer ser dos melhores, tanto Neidia quanto Caldeira dizem que a relação dos dois não está abalada. “Não tem clima ruim. Os vereadores têm que pensar na cidade”, diz a presidente. “A

O FUTURO

“Não passa pela minha cabeça fazer exonerações. Isso é passível, mas não quero ir para o enfrentamento”

NEIDIA PIMENTEL
(PSD) PRESIDENTE DA
CÂMARA DA SERRA

“A cidade não pode parar. (A relação com Neidia). Continua do mesmo jeito”

RODRIGO CALDEIRA
(REDE) VEREADOR

EM PLENÁRIO

23

vereadores
É o total de parlamentares da Câmara. Todos compareceram à sessão.

cidade não pode parar. Continua do mesmo jeito. A Justiça mandou fazer uma eleição e nós fizemos. A Justiça decidiu revogar, ok. Não protocolamos nenhum recurso ainda, não adianta fazer nada com a cabeça quente”, afirmou Caldeira.

Perguntado sobre as afirmações de Neidia de que “meia dúzia de vereadores” em busca de benefícios da Casa, como carros oficiais, é que se colocaram contra ela, Caldeira foi sucinto: “Ela tem que dizer nomes”.

Luiz Carlos Moreira (PMDB) discursou durante a sessão para que todos façam as pazes. “Alguém errou aqui? Não. Isso é coisa do passado. Vida que segue”.

PIPOCA

A vida ficou movimentada ontem ao menos na galeria da Câmara. A plateia, formada principalmente por funcionários da própria Casa, aplaudia a presidente e chegou a vaiar alguns vereadores. Até um vendedor de pipocas entrou no circuito e a plateia contou com a guloseima para acompanhar mais cenas da política da Serra.

REVIRAVOLTA NA SERRA

Neidia reassume cargo e agradece de joelhos: "Meu coração é puro"

Presidente da Câmara conseguiu vitória na Justiça após ser rífada em sessão há cinco dias

▲ LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Duas decisões judiciais e três presidentes. Os últimos cinco dias foram movimentados na Câmara da Serra, marcada por mais uma reviravolta: Neidia Pimentel (PSD) retomou o comando do Legislativo municipal. Na última quinta-feira ela havia perdido o posto, após decisão liminar (provisória), do juiz Marco Aurélio Soares Pereira, que respondia pela Vara da Fazenda Pública Municipal da Serra na ocasião. Já ontem, a juíza titular da mesma Vara, Telmelita Guimarães Alves, suspendeu a liminar.

O desenrolar rocambolesco do caso contou, ainda, com a cena de Neidia ajoelhada no chão da recepção da Câmara. "A partir do ato que a gente soube (a nova decisão judicial) eu fiquei de joelhos mesmo e agradei a Deus. A justiça foi feita. Me emocionei, não tem como não se emocionar", afirmou à reportagem.

A confusão do momento remonta a outra confusão, do dia 1º de janeiro, quando a Mesa Diretora da Casa foi escolhida pelos vereadores, reelendo Neidia como presidente. A vereadora estava inscrita em duas chapas, renunciou à vaga em uma delas para figurar na outra, que a garantia o posto de comando. O outro grupo, que não conseguiu completar a chapa



Vereadora ficou prostrada na recepção da Câmara assim que recebeu decisão

para se inscrever na disputa, apontou irregularidades na condução daquela sessão e quatro vereadores acionaram o Judiciário.

A decisão veio na última quinta-feira e determinou a anulação da eleição de janeiro e a realização de um novo pleito, em até dez dias. Nesse período, o vereador mais votado, Adriano Galinhão (PTC), deveria assumir a presidência interinamente. Já na última sexta-feira, Galinhão organizou a eleição e Rodrigo Caldeira (Rede) foi alçado à presidência. A configuração da nova Mesa não diferia muito da anterior. O próprio Caldeira é vice de Neidia. A grande diferença é que a vereadora havia sido rífada. Com o retorno da presiden-

INTEGRANTES

23

vereadores

É a composição da Câmara da Serra. Segundo Neidia, "meia dúzia de vereadores" era contra sua permanência na presidência.

te ao cargo, o presidente por quatro dias agora volta a ser o número dois da Casa. Ontem, ele não foi localizado pela reportagem.

Neidia, por sua vez, diz não se sentir traída pelos colegas: "Meu coração está puro, sem ódio e sem rancor". Ela credits as movimentações a "meia dúzia de vereadores", sem citar nomes. Ao todo, 16 dos 23 parlamentares, no entanto, endossaram a chapa encabeçada por Caldeira na sexta. "Eles foram induzidos por essa meia dúzia", analisa a presidente. Para ela, o grupo quer mais verbas e benefícios da administração da Casa e, por isso, está descontente.

Aécio Leite (PT), um dos vereadores que acionaram a Justiça contra a reeleição da presidente, rebate: "Nós é que sempre combatemos os gastos altos". O petista, até ontem, era vice-presidente da Câmara, mas com a recondução da Mesa anterior, ficou sem lugar na direção.

EXONERAÇÕES

No Diário Oficial, tam-

bém ontem, foram publicadas nove exonerações, entre elas a do procurador-geral da Casa, Renato Gasparini, e duas nomeações em cargos comissionados, todas assinadas por Rodrigo Caldeira.

A nova decisão judicial, no entanto, torna nulos os atos dessa gestão, bem como a eleição da Mesa da última sexta-feira. Além disso, a composição das comissões permanentes da Câmara foi restaurada pela decisão.

Um dos pontos questionados é o tempo que a chapa que Neidia abandonou, em janeiro, teve para fazer a substituição: seriam cinco minutos, de acordo com os opositores da presidente, ou uma hora e cinco minutos, segundo a própria.

A juíza considerou a segunda opção, mas também levou em conta outros fatores, um deles é a instabilidade no Legislativo. "A eleição de uma nova Mesa Diretora aumentará ainda mais o clima de instabilidade política e insegurança jurídica gerada pela alteração da chefia do Legislativo municipal, em um curto espaço de tempo, em prejuízo à continuidade administrativa e legislativa do Município de Serra/ES", escreveu a magistrada.

A decisão se deu por conta de embargos de declaração apresentados pela defesa de Neidia quanto à decisão de quinta-feira. A magistrada ainda deve analisar o mérito da questão.

Opositores vão tentar novo recurso

▲ E mais um capítulo desta história pode estar por vir. O vereador Nacib Haddad (PDT), um dos que ingressaram com a ação para anular a eleição de janeiro, diz que o grupo pretende recorrer à Justiça novamente. "Vamos cumprir a decisão judicial, mas a consideramos equivocada. Vamos recorrer, possivelmente amanhã (hoje)", adianta.

"A Neidia foi eleita com 11 votos. Nosso grupo tinha 12, nós ganharíamos, mas tivemos menos de cinco minutos para substituí-la na chapa depois que ela optou pela outra", sustenta Haddad.

Aécio Leite (PT) engrossa o coro dos que querem uma revanche judicial. "Não tenho conhecimento jurídico, mas essa decisão é uma aberração. A decisão do outro juiz não poderia ser desfeita, isso não poderia acontecer, mas na Serra tudo acontece", afirmou o petista.

Ele e outros vereadores se reuniram ontem, fora da Câmara, para traçar estratégias. "Nos reunimos para ver o que fazer, mas com certeza entraremos com recurso", diz Aécio.

Toda essa movimentação ocorreu enquanto a Câmara da Serra estava em recesso. A primeira sessão após a retomada das atividades será realizada justamente hoje, sob a batuta de Neidia Pimentel.

EDSON CHAGAS



Para Aécio, decisão é uma "aberração"

MINIENTREVISTA

"VOU TRABALHAR PARA A HARMONIA DA CÂMARA"

Neidia Pimentel (PSD)
Presidente da Câmara

Boa parte dos vereadores que compõem a Mesa com a senhora estavam na outra Mesa, eleita na sexta-feira. Houve um desentendimento?

▲ Não. Nenhum. Por isso

recebi com surpresa, com espanto, a notícia dessa eleição.

Mas como fica a relação com eles agora?

Vou trabalhar para a harmonia, não tenho nada contra todos eles, inclusive o vereador Rodrigo Caldeira eu respeito muito.

A que a senhora acredita esse movimento que resultou na sua saída da presidência na semana passada?

É coisa de meia dúzia de vereadores, menos de meia dúzia, não vou citar nomes. Mas os outros foram induzidos ao erro por eles.

Há uma oposição consolidada contra a senhora na Casa então ...

Não. É que essa meia dúzia quer carro, um carro para cada um, quer plano de saúde... E eu cortei, cortei gasolina, eu tenho economizado. E eles querem isso de vol-

ta, querem tiquete-alimentação, eles falam isso no dia a dia.

Alguns disseram que encontraram salas trancadas na sexta-feira quando foram fazer a eleição.

Nada foi trancado. Estávamos em recesso de 15 dias. O plenário está passando por limpeza, troca de carpete... Eles falaram que eu fui lá e joguei água. Só se eu fosse onipresente. Vou até entrar com ação contra alguns

vereadores. Não tive participação em nada disso. **E como fica a relação com o prefeito Audifax Barcelos (Rede), que é do mesmo partido que o Rodrigo Caldeira?**

A relação com o prefeito é muito boa. O Executivo e o Legislativo estão pensando na cidade. Não vejo participação do prefeito num ato desse. Trabalhamos em harmonia. Os vereadores é que têm que parar com isso e pensar na cidade.

Serra: Câmara volta com pipoca para plateia e climão na Mesa Diretora

Após troca-troca na presidência, Neidia Pimentel e Rodrigo Caldeira nem se olharam

A primeira sessão após o fim do recesso na Câmara da Serra, nesta quarta-feira (2), foi marcada também pelo reencontro dos vereadores que protagonizaram o troca-troca no comando da Casa. Neidia Pimentel (PSD), que retomou a presidência por força da mais recente decisão judicial, sentou-se lado a lado com Rodrigo Caldeira (Rede), que ficou a frente do Legislativo por quatro dias. Apesar de a eleição que o alçou à presidência, na última sexta-feira, ter sido tornada sem efeito, Caldeira ainda faz parte da Mesa Diretora como 1º vice-presidente. Foi para esse posto que ele foi eleito em janeiro, junto com Neidia.

A presidente e Caldeira não se falaram e mal se olharam durante a sessão. Logo no início, o vereador chegou a se ausentar do plenário, acompanhado por outros vereadores.

Nacib Haddad (PDT), um dos que ingressaram com a ação que resultou na anulação da eleição de Neidia à presidência – liminar (decisão provisória) que depois foi suspensa – disse que a saída da sessão era uma forma de protesto. “Isso mostra a insatisfação dos vereadores com a decisão da Justiça (de derrubar a liminar)”. A sessão prosseguiu.

Minutos depois, todos os vereadores já estavam de volta, inclusive Caldeira, impassível ao lado da presidente na Mesa. “Só fui atender no corredor enquanto era feita a leitura da Ordem do Dia e voltei”, justificou o redista.

Depois, até Haddad minimizou a debandada: “Só saímos para conversar”. Aécio Leite (PT), que também acionou o Judiciário contra a eleição de Neidia, diz que o grupo ainda estuda um possível recurso contra a decisão que reconduziu a presidente.

Apesar de o clima não parecer ser dos melhores, tanto Neidia quanto Caldeira dizem que a relação dos dois não está abalada. “Não tem clima ruim. Os vereadores têm que pensar na cidade”, diz a presidente. “A cidade não pode parar. Continua do mesmo jeito. A Justiça mandou fazer uma eleição e nós fizemos. A Justiça decidiu revogar, ok. Não protocolamos nenhum recurso ainda, não adianta fazer nada com a cabeça quente”, afirmou Caldeira.

Perguntado sobre as afirmações de Neidia de que “meia dúzia de vereadores” em busca de benefícios da Casa, como carros oficiais, é que se colocaram contra ela, Caldeira foi sucinto: “Ela tem que dizer nomes”.

Luiz Carlos Moreira (PMDB) discursou durante a sessão para que todos façam as pazes. “Alguém errou aqui? Não. Isso é coisa do passado. Vida que segue”.

Pipoca

A vida ficou movimentada ontem ao menos na galeria da Câmara. A plateia, formada principalmente por funcionários da própria Casa, aplaudia a presidente e chegou a vaiar alguns vereadores. Até um vendedor de pipocas entrou no circuito e a plateia contou com a guloseima para acompanhar mais cenas da política da Serra.

Morotista que atropelou professora é solto e vai aguardar julgamento em liberdade, no ES

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-1edicao/videos/t/edicoes/v/morotista-que-atropelou-professora-e-solto-e-vai-aguardar-julgamento-em-liberdade-no-es/6050491/>

ESPECIAL GREVE DA PM

OFICIAIS SERÃO JULGADOS PELAS FORÇAS ARMADAS



Federalização deve levar a isso, diz procurador Ubiratan Cazetta

4 Caso o pedido de federalização da investigação da greve da Polícia Militar no Espírito Santo seja acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), generais das Forças Armadas ficarão responsáveis por julgar oficiais da Polícia Militar capixaba.

A explicação é do procurador da República Ubiratan Cazetta, coordenador da Assessoria Jurídica de Tutela Coletiva da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A federalização das investigações e julgamento envolvendo crimes militares é necessária para evitar que policiais de alta patente façam pressão e comprometam os resultados, segundo Ubiratan Cazetta, em entrevista para Fernanda Queiroz, da Rádio CBN Vitória.



CARLOS ALBERTO SILVA - 12/02/2017

PMs ao fim da primeira semana de greve: praças continuarão sendo julgados pela Justiça Militar Estadual

O que é o pedido de federalização?

Você trabalha com duas ideias: a de que tem uma grave violação aos direitos humanos e a de que isso pode levar o Brasil a ser condenado no âmbito internacional. São casos que deveriam ser julgados na Justiça Estadual e que por essa característica de uma grave violação de direitos humanos e a possibilidade de condenação da União, você desloca do âmbito da Justiça Estadual para o âmbito da Justiça Federal. A ideia não é dizer que a Justiça do lado A ou B é menos competente.

O pedido é apenas para crimes envolvendo policiais militares?

O que chamamos de fe-

deralização ou deslocamento é a apuração da responsabilidade dos militares, especialmente dos oficiais, em relação ao movimento grevista que houve no Espírito Santo em fevereiro e as consequências.

Por que só oficiais?

Praças continuarão a ser investigados no âmbito estadual. Qual foi a medida de corte? Todos os oficiais que estejam envolvidos nessa situação. Não é que o praça não tenha responsabilidade. Ele tem e vai ter sua responsabilidade apurada pela Justiça Militar do Espírito Santo. Estamos tentando separar as responsabilidades e por categoria, mas por ca-

“

Você trabalha com duas ideias: a de que tem uma grave violação aos direitos humanos e a de que isso pode levar o Brasil a ser condenado no âmbito internacional”

pacidade de interferir naquela situação.

Por que a Justiça Militar do Estado teria condições de julgar um praça, mas não de julgar por exemplo um capitão ou coronel?

Pela capacidade de influência que um capitão ou coronel tem dentro da Justiça Militar. A Justiça Militar é composta por um juiz de carreira, um juiz de Direito e por uma comissão de outros oficiais. Conforme você vai afunilando na hierarquia da instituição, qual é a tendência? Um número menor de oficiais que se conhecem, que atuam entre si e que

portanto acabam tendo uma dificuldade maior de se responsabilizar.

Num balanço breve, o Ministério Público do Estado ofereceu 700 denúncias de crimes. Dessas, 10 militares. É um número muito pequeno perto das 700 denúncias?

Esses dados parecem apontar exatamente a preocupação que nós temos. Porque se você tem 700 denúncias, apenas 10 está muito longe de 1%.

Qual é o trâmite do pedido de federalização?

O pedido vai para o STJ, que tem 33 membros. Ele é dividido em três ses-

sões, cada uma com 11 membros. É escolhido um ministro dessa sessão como relator. Ele faz toda a parte inicial, ouve o Ministério Público do Estado, a Procuradoria-Geral, dizendo se é ou não o caso de deslocamento. Isso vai decidido para a 3ª sessão, e ela decide se é o caso ou não de deslocamento de competência. Você tem um relator, que faz o voto. Nesse caso do Espírito Santo vai ser a relatora, a ministra Maria Tereza de Assis Moura. E ela apresenta a decisão dela, se é a favor ou não do deslocamento e os ministros podem concordar ou discordar, e a maioria simples decide.

Aprovada a federalização, os procuradores da república aqui no Estado é que passam a formar essa nova comissão de apuração ou tudo sobe pra Brasília?

São dois pedidos: o deslocamento da Justiça Militar Estadual para a Justiça Militar Federal. Se o STJ entender que é o caso de federalização, mas não para a Justiça Militar Federal, aí ele transfere para a Justiça Federal. E nosso segundo pedido é que vá para Brasília, nesse caso.

Então os generais vão auxiliar o caso dos coronéis?

Exato, os oficiais, vamos dizer assim. Não sei se necessariamente generais, mas serão oficiais das Forças Armadas, que já fazem isso rotineiramente.

Coronel contesta fala de procurador

Presidente da Associação de Oficiais questiona pedido de federalização da greve

▄ O presidente da Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes), tenente-coronel Rogério Fernandes Lima, contestou a afirmação do procurador da República Ubiratan Cazetta de que os oficiais serão julgados por generais das Forças Armadas para evitar que oficiais de alta patente comprometam os resultados.

Para ele, o entendimento do procurador “demonstra um desconhecimento sobre o funcionamento da Justiça Militar estadual e dos seus julgados”, afirmou em nota.

Ele diz que o argumento desacredita a Polícia Militar, os juízes capixabas e o Ministério Público Estadual. “É preciso sempre re-



ARQUIVO

Tenente-coronel Rogério Fernandes Lima: crítica

lembrar que a Vara da Auditoria Militar é composta por um juiz de direito que faz a instrução de todos os processos. Uma grande parte dos crimes militares, após a reforma do Judiciário, passaram a ser julgados monocraticamente e não mais pelos oficiais mi-

litares. Da mesma maneira, havendo discordância da sentença, os recursos, quer sejam do MP quer sejam dos militares estaduais, tem como via recursal o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), ou seja, julgados por desembargadores de Justiça”, disse.

Lima afirma que o MP realiza o controle externo da atividade policial e “como titular da ação penal oferece denúncia contra os militares acusados e o órgão do Ministério Público com atribuição na Justiça Militar pode designar promotor de Justiça para acompanhar os inquéritos policiais militares, e ainda, atuam como órgão de acusação na vara da Auditoria Militar e nas Câmaras Criminais do TJES. Desta forma, a PGR, para dizer o mínimo, imagina um conluio entre todos esses atores.”

REPORTAGEM ESPECIAL

IMAGEM TV GAZETA



Policiais militares ocuparam entradas, ruas, becos e escadarias do Bairro da Penha durante a operação, que contou com mais de 350 homens do 1º Batalhão

CÚPULA DO TRÁFICO ATRÁS DAS GRADES

Operação prendeu criminosos do Bairro da Penha

▲ ELIS CARVALHO
▲ GLACIERI CARRARETTO

Ruas, becos, escadarias e entradas do Bairro da Penha, em Vitória, amanheceram ontem ocupados por policiais, ontem, durante uma operação que levou à queda da alta cúpula do tráfico de drogas na região. Um mini-laboratório de refino de drogas foi desmontado, entorpecentes e arma apreendidas e 12 pessoas presas.

Organizada pela Delegacia de Crimes Contra a Vida (DDCV) de Vitória em conjunto com o 1º Batalhão da Polícia Militar, a ação contou com 350 policiais para cumprir 17 mandados de prisão e 50 de busca e apreensão no bairro.

“Conseguimos desar-

ricular uma quadrilha responsável por homicídios e crimes contra o patrimônio em decorrência do tráfico de drogas. Não prendemos aviõezinhos, mas sim pessoas que comandavam essa organi-

zação criminosa”, destacou André Garcia, secretário de Estado de Segurança Pública (Sesp).

BANDO

O secretário se refere ao bando chefiado por

Giovane Otacílio de Souza, o Paraíba. Considerado o “zero um”, expressão que remete ao comandante de um grupo, Paraíba foi o único que não foi localizado.

Lidiane Santos Santana, esposa de Paraíba e responsável pela contabilidade da venda de drogas, foi presa na operação. Ela está grávida de sete meses.

Outra prisão importante foi do braço direito de Paraíba, o “número dois” na hierarquia do tráfico no Bairro da Penha, Luiz Henrique dos Santos Júnior, o Riquinho. Ele tinha cinco mandados de prisão por homicídio. Outros, três integrantes da facção também foram presos.

FOGuetES

Durante toda a manhã, PMs revistaram pessoas em atitude suspeita pelas ruas do bairro e entraram nas residências. Tudo isso sob o som de fogos de artifício, principal comunicação entre gangues para avisar sobre a presença de policiais.

“O planejamento foi realizado com total consciência de que a população de bem que precisava seguir com o dia a dia. Fizemos a divisão de equipes saindo de São Benedito e das ruas de acesso ao bairro, para fazer o ‘imprensamento’ dos indivíduos”, explicou o coronel José Augusto Picoli, comandante do 1º Batalhão.

O PROCURADO



CHEFÃO DO TRÁFICO FORAGIDO

- ▼ **Nome:** Giovane Otacílio de Souza.
- ▼ **Apelido:** Paraíba ou Pará
- ▼ **Como era conhecido:** “Zero um”, o comandante do tráfico do Bairro da Penha
- ▼ **Mandado de prisão:** Tem um mandado em aberto por homicídio

AÇÃO

Secretaria de Segurança Pública



“Temos a consciência de que a população de bem precisava seguir com o dia a dia. Foram três semanas de planejamento para que não houvesse nenhum disparo”

JOSÉ AUGUSTO PICOLI
CORONEL

DELEGADO



“As buscas pelo Paraíba continuam, pois ele causa sofrimento aos moradores. Acreditamos que hoje (ontem) levamos um pouco de tranquilidade ao bairro”

MARCUS VINÍCIUS
DELEGADO

“Segurança” de bando entre os presos

A geografia do Bairro da Penha colabora com a ação dos criminosos, segundo a polícia. “Devido à inclinação do terreno, as viaturas só chegam até certos pontos da comunidade e a maior parte do patrulhamento tem que ser realizado sem esse recurso”, observou o comandante do 1º Batalhão, coronel José Augusto Picoli.

Nas casas que eram alvos, foram apreendidas 770 buchas e um tablete de macinha, 287 pinos e mais 900 gramas de cocaína, 58 pedras de crack, oito bolas de haxixe e R\$ 10,5 mil. E ainda uma pistola .45 com José Guilherme Trindade, o Gui-gui, apontado como segurança da cúpula do tráfico.

“É uma pessoa que tem

disposição para enfrentar até policiais para defender o alto escalão do bando. As buscas pelo Paraíba continuam, pois ele causa sofrimento aos moradores da região. Acreditamos que, hoje (ontem), levamos um pouco de tranquilidade ao bairro”, observou o delegado Marcus Vinícius Rodrigues, titular da DCCV de Vitória.



PMs apreenderam drogas, arma e dinheiro no bairro

SESP/DIVULGAÇÃO

OS CHEFÕES DO TRÁFICO

Giovane Otacílio de Souza, o Paraíba
Zero Um - comandante do tráfico no Bairo da Penha

Lidiane Santos Santana
Esposa de Paraíba
Responsável pela contabilidade do comércio de drogas

Luiz Henrique dos Santos Júnior, o Riquinho
Zero Dois - braço direito de Paraíba

Juliana Matias de Oliveira
Esposa de Riquinho
Guardava drogas

Josielson dos Santos Valentim, o Coroinha
Logística - elo com tráfico de Balneário Carapebus, na Serra

José Guilherme Trindade, o Guigui
Segurança - armado com pistola .45, vigiava a quadrilha



Foguetório em bairros para avisar comparsas

Assim que teve início a operação, começaram as explosões em várias comunidades

“Foi só os policiais se posicionarem para dar início à operação, durante a madrugada, que também começou a explosão de fogos de artifícios no Bairo da Penha e em outras comunidades de Vitória.

O foguetório intenso assustou os moradores e pode ser ouvido até em bairros mais distantes, como Jardim da Penha e Santa Lúcia. As críticas e o medo de não saber o que acontecia rapidamente ganharam as redes sociais.

“É uma das formas de comunicação das organizações criminosas. Muitas vezes não usam os radiocomunicadores, pois a frequência pode ser identificada por nosso sistema de inteligência”

cia, portanto, passam a usar os fogos de artifício. O objetivo é desviar o foco das operações policiais e também comunicar a presença policial na região”, disse o comandante do 1º Batalhão da PM, coronel José Augusto Picoli.

ESTRATÉGIA

O recurso também faz parte da estratégia de ação das quadrilhas e contam com a ajuda de traficantes

COMUNICAÇÃO

“Muitas vezes não usam os radiocomunicadores, pois a frequência pode ser identificada por nosso sistema de inteligência”

JOSÉ AUGUSTO PICOLI
CORONEL



Em alto de morro da Capital, foi possível ver os fogos soltados por traficantes

de outros morros, onde “olheiros” do tráfico possuem visão privilegiada dos outros bairros.

“A função dos foguetes é avisar aos demais traficantes para se posicionarem, seja para enfrentar as equipes policiais - dependendo do efetivo - ou para fugir da região e esconder drogas e armamento”, explicou o delegado Marcus Vinícius Rodrigues da Delegacia de Crimes Contra a Vida.

IMAGEM TV GAZETA

Bando aterrorizava moradores com fuzil

A Polícia Civil recebeu a informação de que há pelo menos um fuzil entre traficantes do Bairo da Penha. “Não sabemos quantos nem o modelo, mas estamos fazendo levantamento sobre esse tipo de arma”, pontuou o delegado Marcus Vinícius Rodrigues. A gangue aterrorizava a vida da comunidade. “Eles exigiam livre acesso a todas as casas, tanto para se esconderem ou esconderem armas e drogas. O mo-

rador que se negasse era obrigado a sair do bairro. Quem não saísse, seria morto”, descreveu o delegado.

A influência do poder dos traficantes ia além das ruas do Bairo da Penha, indo além da cidade de Vitória.

O bando de Paraíba vendia drogas para traficantes de Balneário Carapebus, Serra, com a ajuda de Josielson dos Santos Valentim, o Coroinha. Ele era um dos 10 criminosos mais procurados pela polícia capixaba. “Ele é de Balneário, mas passou a fazer parte do bando ajudando com a logística da venda dessas drogas”, explicou Marcos Vinícius.

Contra Coroinha, havia um mandato de prisão em aberto pelos crimes de tráfico de drogas e associação ao tráfico. Também foi presa a namorada de Guigui, pois portava drogas.

TERRORISMO

“Eles exigiam livre acesso a todas as casas, para se esconderem e para esconderem armas e drogas”

MARCUS VINÍCIUS RODRIGUES DELEGADO

f DEU NO FACEBOOK

Eliane Correia
Não aguento mais ouvir fogos durante todos os dias, noites e madrugadas.

Eliamara Soares
Sempre teve (foguetório) e todos sabem o motivo deles, mas agora tá demais, cinco da manhã começa e não para. É quase todos os dias.

Flávio Santos
Infelizmente, logo estarão na rua de novo.

Cleiton Marchesi
Que bom. Vão ficar presos até quando?

Malfiza Soares
Oh, em breve teremos vários alvará de soltura.

Priscilla Machado Tavares
Esses episódios de fogos tem acontecido constantemente.

Carmen Rizzi
A união faz a força.

População mantém rotina e diz que aprova operação

A operação não parece ter afetado a rotina dos moradores, que aprovaram a iniciativa. A reportagem da TV Gazeta foi ao bairro durante a operação e viu pessoas indo para escola, para o trabalho, ou apenas observando o trabalho da polícia. Pessoas a pé, em motos e carros eram paradas e abordadas. Veículos também foram vistoriados e até mesmo cães da PM participaram da operação.

“Muito bom os policiais estarem em nosso bairro aqui vigiando”, afirmou uma dona de casa. “O bairro vive constantes conflitos. Pessoas medindo forças para

vencer os pontos de vendas de drogas... A polícia estando presente vai inibir esse tipo de serviço ilícito no bairro. E a população vendo a polícia trabalhando se sente mais segura e tranquila”, disse um militar da reserva.

Já um açougueiro, afirmou que a população do bairro precisa de socorro, pois a região está muito violenta. “É necessário que a polícia de vez em quando faça o patrulhamento, como estão fazendo hoje, para levar mais segurança aos moradores. Nós precisamos muito porque a violência está terrível”, disse.

Ação para barrar compra de carro de 120 mil por prefeito

O Ministério Público Estadual (MP-ES) moveu Ação Civil Pública (ACP) pedindo a suspensão da execução do contrato da compra de um jipe, no valor de R\$ 120 mil, para o gabinete do prefeito de Venda Nova do Imigrante, Braz Delpupo (DEM).

A multa diária é de R\$ 1 mil e será revertida ao Fundo Especial do Ministério Público (Funemp), caso a medida seja aceita pela Justiça e descumprida.

Delpupo disse que prezou pela economia. “É o carro mais simples que tem, em termos de diesel. Optamos por esse modelo porque não há nada menor que esse valor. Outras marcas não têm isso”.

MP-ES pede suspensão de compra de carro de R\$ 120 mil para prefeito de Venda Nova

Segundo investigação, veículo era para atender as necessidades pessoais do prefeito Braz Delpupo.

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP-ES) ajuizou uma ação civil pública para que o município de Venda Nova do Imigrante, na região Serrana do Estado, suspenda o pagamento de R\$ 120 mil a uma concessionária, valor relativo à aquisição de um veículo.

Segundo o MPES, uma investigação apontou que a compra do carro, um Jeep Renegade, era para atender as necessidades pessoais do prefeito Braz Delpupo, e, assim “não se justificam as exigências específicas da licitação”.

O pregão foi aberto pela prefeitura em 13 de junho deste ano e o veículo deveria atender aos seguintes requisitos:

- Veículo tipo SUV 0 km
- Tração 4x4
- 4 portas laterais
- Cor metálica com maçanetas e retrovisores na cor do veículos
- Combustível diesel
- Controle de tração e estabilidade
- No mínimo 2 airbags dianteiros
- Freio ABS
- Câmbio automático
- Sistema de alarme
- Rodas de liga leve no mínimo R17
- Ar-condicionado
- Direção elétrica ou hidráulica
- Vidro elétrico nas quatro portas

Além da suspensão do pagamento, o MPES pede a exclusão do contrato administrativo decorrente da licitação promovida pelo município e requer o pagamento de multa diária no valor de R\$ 1 mil pelo descumprimento de cada uma das obrigações.

Outro lado

O prefeito de Venda Nova do Imigrante, Braz Delpupo, diz que aguarda decisão judicial, uma vez que o pedido de liminar foi negado pela Justiça. Contudo, o chefe do Executivo Municipal acredita na correção e lisura do processo licitatório e pretende demonstrá-las no decorrer do processo judicial.